

O PROCESSO DE TRABALHO DO PECONHEIRO NA AMAZÔNIA PARAENSE E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO

DAYSE SILVA DUDLEY
RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
RODRIGO MORAES

Resumo

Esse artigo é parte da tese apresentada ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Ciências em Engenharia de Produção. Buscamos elucidar como o peconheiro da região da Vila de São Miguel do Pracuúba na Amazônia paraense organiza a divisão, o tempo e o método do trabalho, como e quais as ferramentas são utilizadas durante esse processo de coletar o fruto do açaí. Diante deste contexto relacionamos as características do trabalho do coletador do açaí frente a nova morfologia do trabalho em um esforço para classificar sua natureza, os fundamentos e os enfrentamentos da educação profissional e básica.

Palavras Chave: Peconheiro. Processo de trabalho. Cadeia produtiva.

Abstract

This article is part of the thesis submitted to the Alberto Luiz Coimbra Institute for Graduate Studies and Engineering Research of the Federal University of Rio de Janeiro as part of the necessary requirements for obtaining the title of Doctor in Production Engineering. It aims to clarify how the peconheiro from Vila de São Miguel do Pracuúba for Amazônia paraense area organizes the division,

the time and the method of work, how and which are the tools used during this process of fruit collection. In this context, we relate the characteristics of the work of the collector of the açaí against the new morphology of work in an effort to classify their nature, the foundations and confrontations of professional and basic education.

Keywords: Peconheiro. Work process. Productive chain.

Introdução

Em linhas gerais, a configuração do processo de trabalho do peconheiro decorre da seguinte lógica: programas e projetos de desenvolvimento destinados à região Amazônica que não levam em consideração suas especificidades; insignificante produção acadêmica sobre esse fenômeno social que só ocorre na Amazônia e parcimônia dos governos locais com a organização e gestão da cadeia produtiva de um produto que apresenta uma demanda crescente em nível local, nacional e internacional.

A partir do conhecimento acumulado durante a investigação, identificamos a insuficiência de estudos e pesquisas relacionados ao processo de trabalho do peconheiro. Diante dessa realidade examinamos o panorama sobre as técnicas de colher o fruto do açaí; relacionadas à organização da divisão, do tempo e do método de trabalho durante a coleta do fruto do açaí. Salientamos que a produção do açaí consumido no eixo centro-sul, Estados Unidos, Europa e Japão e no nível local é alimentado primordialmente pela atividade do peconheiro. Entretanto, seu principal instrumento de trabalho é a peconha, um instrumento de trabalho rudimentar trançado à mão e inventado pelos índios da região Amazônica¹. Todavia, atualmente estima-se que cerca de 120 mil famílias participam da coleta de açaí; nos períodos de pico da produção calcula-se que em um dia de trabalho há aproximadamente um milhão de subidas nas palmeiras. Entretanto, para colherem os frutos continuam utilizando ferramentas de trabalho rudimentares, aumentando com

¹ A palavra peconha vem do tupi peko'ĩn. Substantivo feminino.

isso os riscos de acidentes, o esforço energético e o ritmo de trabalho. (TRT8 - RELATÓRIO PEABIRU, 2016).



Figura 1 - A peconha. Na mão esquerda do ribeirinho a “peconha”, acessório utilizado na colheita do açai Foto: Tiago Chaves/Instituto Peabiru

Sendo assim, a atividade de coletar o açai deve ser considerada como uma categoria de trabalho produtivo, gerador de *mais valia*. Por exemplo, em julho de 2017, com o preço em alta, o dono de um sítio em São Miguel do Pracuúba, negociou com um peconheiro meeiro o valor de R\$250,00 por 150 quilos de frutos, mas o pagamento referente pelo seu trabalho foi de R\$80,00. Neste período, na feira de açai em Belém, 150 quilos do fruto estavam sendo negociados por aproximadamente R\$675,00 um ágio de R\$425,00. E de acordo com o presidente da Avabel somente no Porto da Conceição negocia-se diariamente cerca de 5.000 toneladas de frutos do açai provenientes da região de VSMP. Portanto, o trabalho do peconheiro responsável por abastecer o mercado de consumo globalizado é superexplorado pelo capital e, em assim sendo, gerador de *mais valia*.

Dessa forma, sustentamos que o peconheiro não deve ser categorizado como atividade extrativista, já que a estrutura da comercialização do fruto do açaí se encontra em expansão, as indústrias locais, nacionais e internacionais possuem tecnologias robustas e dependem desta atividade laboral.

Para investigarmos as características sobre o processo de trabalho do peconheiro na colheita do açaí, utilizamos o *trabalho* como categoria antológica sob o pressuposto marxista em (ANTUNES, 1998, 2005, 2007) cujo *valor de uso e valor de troca* está circunscrito sob a condicionante de produção de riquezas; uma vez que são trabalhadores que atendem à demanda imediata, atendem às exigências do mercado e participam de forma decisiva sobre o processo produtivo de produtos originários do açazeiro. Afinal, “[...] *enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor [...]*” (ANTUNES, 1998, p. 50).

Constatamos que a base técnica e o sistema produtivo usados nas indústrias de congelamento e beneficiamento do açaí seguem a lógica do processo de trabalho vigente, ou seja, a divisão, o tempo e o método do trabalho adotam as bases técnicas gerais das indústrias cujo chão de fábrica conta com máquinas de tecnologia sofisticada. Homma e Tavares constataam que “[...] *O beneficiamento efetuado pelas empresas amassadeiras de açaí foi substituído por bateadeiras elétricas e, atualmente, por modernas máquinas industriais de processamento dessa fruta*”. (HOMMA, TAVARES, 2015, p. 2). Mas, o peconheiro responsável por alimentar a demanda em escala industrial mantém as características de trabalho extrativista, mantendo uma relação entre homem-natureza.

Neste artigo apontamos que, “*a técnica pode ser vista então como uma formalização de princípios políticos, econômicos, sociais e morais*” (ZAMBERLAN, 1987, p. 4). As pesquisas, estudos e projetos de produtos sobre a organização do trabalho do peconheiro devem ter como propósito o conhecimento *a priori* sobre sua realidade, entendendo que o desenvolvimento de tecnologias para esta atividade deve ter como resultado uma interlocução entre objetos, sociedade e indivíduos. (CAMPOS, LIMA, 2013, p. XV). Enfim;

A natureza social da técnica implica repensar não somente os modos de desenvolvimento tecnológico, mas também problematizar conceitos sagrados aos engenheiros, como 'produtividade' ou 'eficiência', que são definidos, naturalmente, como relações puramente técnicas, não normativas ou valorativas. (Ibidem, 2013, p. XV). A invisibilidade social do trabalho do peconheiro é, portanto, definida pelo quanto de produção acadêmica lhe é destinado, e não por sua capacidade de produzir capital para os setores produtivos do açaí.

“Diversos autores marxistas conceituam o trabalho como categoria ontológica e apontam que o trabalho é a primeira atividade do homem como ser humano”. (DUDLEY, 2007, p. 63). Refutamos a ideia reducionista atribuída à atividade extrativista de coletar o açaí como uma categoria incapaz de gerar reprodução social e afirmamos que *“A história da humanidade tem como base permanente a evolução do Trabalho e que é dele que emerge a dimensão humana e são nas relações de produção que são desenvolvidas as relações sociais”.* (Op. Cit. 2007, p. 80). Em outras palavras, o trabalho é a atividade pela qual o homem moderno se constituiu e é através dele que cria mercadoria. O que pretendemos neste artigo é compreender a organização do trabalho na coleta do açaí associando o quanto de trabalho do peconheiro gera valor, mas que por outro lado continua utilizando método de trabalho sob a égide extrativista. A nova reestruturação tecnológica e a “uberização” do trabalho na perspectiva de ANTUNES em *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, (2019).

Isto, porque, verificamos que o trabalho do peconheiro funciona como o principal elo da cadeia produtiva do açaí: por ser este, o principal responsável por abastecer a demanda crescente para o consumo local, para as exportações nacional e internacional do fruto. Assim, as indústrias de beneficiamento locais, nacionais e internacionais dependem primordialmente do trabalho do peconheiro para garantir a produtividade das empresas, mas por outro lado, o processo de trabalho dos peconheiros continua sob a lógica da atividade extrativista, desprovida de aparatos tecnológicos ou de processos de trabalho com ritmo, técnica ou método industrial. De acordo com a pesquisa em

andamento este processo de trabalho perdurará por um longo tempo na Amazônia paraense.

No citado livro, o autor estuda o tema do novo proletariado, dito “informal” ou “digital”, do setor de serviços – vítima de precariedade e reificação –, mas também a tendência geral de precarização e terceirização do trabalho no Brasil: com a “devastação do trabalho”, promovida pelo capitalismo global, tanto na indústria como no agronegócio. Esta abordagem nos interessa para subsidiar a discussão sobre o avanço da precarização do trabalho do peconheiro sob o ponto da superexploração do capital em atividade antes reconhecida como extrativista, mas que atualmente alimenta o mercado global do consumo do açaí.

Diante desse contexto, expressamos neste artigo as características e a análise sobre o processo de trabalho do coletador de açaí. Relacionamos em que medida esta categoria se classifica diante da nova morfologia do trabalho na contemporaneidade e a educação profissional e básica.

Análise sobre o processo de trabalho do peconheiro

É importante fazer uma distinção entre os peconheiros donos de pequenos sítios, aqueles que coletam o açaí em terrenos de terceiros (peconheiros/meeiros); bem como a distinção entre os donos de sítios que são meeiros. Apesar das distinções, atestamos que, em linhas gerais, existem entre os atores do primeiro elo da cadeia produtiva, das indústrias, governos, pesquisadores e consumidores, conhecimento insuficiente sobre o processo de trabalho do peconheiro.

Fizemos um esforço acadêmico para lançar foco sobre a atividade do extrativismo do açaí tal qual a uma categoria conformada ao conceito de *trabalho*, ou como nos salienta Ricardo Antunes, a uma *classe-que-vive-do-trabalho*. Para o autor a classe trabalhadora é caracterizada pela troca da força de trabalho por pagamento com recursos monetários. (ANTUNES, 1995, 1999). Justo por isso, identificamos características no processo de trabalho do peconheiro que se relacionam com as teorias marxianas quanto ao valor de uso e ao valor de troca e geram *mais valia*.

Partindo desse pressuposto, procuramos discutir as questões relativas ao trabalho do peconheiro como atividade laboral fundamental à reprodução do capital, mas que ainda é conceituada como atividade extrativista. Visto que este trabalho, com o aumento da demanda do mercado de açaí, desencadeou uma série de complexas relações sociais. Atualmente o ato laboral possui informações acerca da sua centralidade à vida dos ribeirinhos e aos laços de *sociabilidade* insurgidos no universo da pesquisa de campo. (ANTUNES, 2005, p. 139). O coletador de açaí é identificado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) apenas como “*Extrativistas Florestais de Espécies Produtoras de Alimentos Silvestres*”, conceituação que nós contestamos. Pois, grosso modo, o extrativismo é definido como uma atividade destinada à subsistência e o pouco do excedente é disponibilizado para o escambo, no entanto, atualmente este trabalho sustenta cerca de 120 mil famílias e no último balanço da organização Indústrias de Frutas e Derivados (SINDFRUTAS) movimentou cerca de US\$1,5 bilhões².

Ultimamente admite-se classificar qualquer atividade laboral, seja no setor industrial, rural, de serviços precarizados, flexibilizados, material, imaterial ou temporários, desde que sejam essenciais à criação do capital através da *mais valia* como trabalhadores produtivos ou trabalhadores improdutivos.

Em *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho* (ANTUNES, 2005) argumenta que o proletariado rural também vende sua força de trabalho para o capital e são assalariados temporários nas regiões do agronegócio, ou seja, recebem algum tipo de salário, entretanto ele não está incluindo a atividade extrativista, tampouco ponderou sobre o quanto de reprodução do capital a coleta do açaí tem produzido na economia. Apontamentos que nos oferece contribuições para aprofundar a pesquisa quanto à classificação do trabalho do coletador de açaí.

Pois, o peconheiro, em acordo a nossa compreensão sobre sua recente introdução no mundo do trabalho – compreendido como uma atividade que gera capital – instiga-nos a uma investigação sobre as características que os representam buscando encontrar equivalências entre os conceitos circunscritos

² Fonte: Indústrias de Frutas e Derivados (SINDFRUTAS) - 2019

ao *valor de uso*, *valor de troca*, *mais valia* e *criação de capital* discutidos nas ideias marxianas. De acordo com algumas interpretações do pensamento marxiano, o trabalho imaterial é todo aquele que não gera resultado palpável, ou cujo efeito imediato não é um objeto de uso concreto. Ou como salienta (SANTOS, 2012, p. 141) [...] “as formas de trabalho imateriais, por mais que não operem para gerar um produto tangível, há a criação de valor de uso e um efeito útil” [...]. Todavia, sob o ponto de vista da definição de extrativismo, pressupõe-se que o peconheiro, ao coletar os cachos de açaí, estaria realizando um trabalho imaterial cujo resultado não é palpável e, por conseguinte, não geraria *valor de troca*.

Entretanto, com base na análise sobre a Cadeia Produtiva do Açaí elaborada na tese nomeadamente, *A invisibilidade social do peconheiro: O processo de trabalho do coletador de açaí na região da Vila de São Miguel do Pracuúba*, a atividade do peconheiro gera capital, então, por definição, podemos admitir essa atividade como trabalho material, palpável e gerador de *mais valia*. Em outras palavras, [...] “todo trabalho, qualquer que seja sua natureza ou contexto social, produz alguma utilidade; ele é uma atividade teleológica adequada a um fim determinado: a produção de um valor de uso, de um efeito útil”. (SANTOS, 2012, p. 141). Na atividade de coletar o açaí, útil para sustentar o mercado nacional e internacional com os frutos do açaizeiro, cuja finalidade é a de suprir a demanda das indústrias de alimentação, farmacêuticas, cosméticos, da moda e outros do Brasil, do Japão, EUA e alguns países da Europa.

Em suma, o processo de trabalho do peconheiro inclui sua força de trabalho propriamente dita, engloba elementos das demais fases da produção (debulha, transporte, comercialização), cria *mais valia*, ou seja, gera valor excedente que é apropriado pelas grandes indústrias locais de açaí, que por sua vez, abastecem com a polpa do fruto congelada às indústrias de mix, de sucos e derivados nacionais e estrangeiros e, que em alguns casos quadruplicam o valor comercializado em relação ao nível local.

O trabalho do peconheiro, além de despender gasto energético físico, é submetido aos constantes pequenos riscos de acidentes, alguns importantes

sob o ponto de vista da enfermidade e às vezes até fatais. Sua atividade está diretamente associada à relação entre produção e consumo, satisfazendo de forma imediata a necessidade de abastecer o mercado ascendente do açaí, pois, a demanda local, nacional e internacional depende primordialmente do trabalho do peconheiro. Dito isto, se faz necessário inaugurar uma discussão sobre os processos formativos desta uma nova categoria de trabalho que se expande, primordialmente na Amazônia paraense.

A classificação do trabalho do peconheiro e a nova morfologia do trabalho

O processo de trabalho do peconheiro foi o fator basilar para o desenvolvimento da pesquisa em andamento. Entretanto, como salienta Ellen Wood em *“Democracia contra Capitalismo a renovação do materialismo histórico”*, bem como, o arcabouço teórico do marxismo retomado por Ricardo Antunes em *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* – após o incremento do trabalho sob a égide de aplicativos, ou seja, *“empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado [...]”* (ANTUNES, 2018. p, 39) provocando o que Antunes anuncia como, a *“explosão do novo proletariado de serviços”* nominados como os *“infoproletários”* ou ainda, ciberproletários. Antes de tudo para o enfrentamento ao desafio do novo ciclo do capitalismo baseado nas chamadas ciberindústria do século XXI é preciso retomar o pensamento maxiano e a teoria crítica da economia. A combinação do abandona a dialética do trabalho; o afastamento da práxis marxista e o aprofundamento do pensamento liberal sob a presunção do mercado como regulador das relações sociais justificam nosso pressuposto.

Dessa forma, apontamos que para darmos continuidade a nossa pesquisa, tornar-se-á imperioso, além de pensar a natureza do trabalho de coletador de açaí, fazermos um esforço para classificar e entender os conceitos que regem o trabalho de peconheiro. Aprofundarmos nas implicações da atual expansão da *“uberização”* do trabalho em sua atividade laboral; investigar os possíveis mecanismos de proteção e de direitos sociais; entender em que

medida este trabalho expressa sociabilidade e quais as decorrências das políticas de qualificação profissional e educação básica incidirá sobre este processo de trabalho.

Posto que, Antunes aponta que a política de conciliação de classe promovida pelos sindicatos e pelos governos com orientação social-liberal não foram capazes de reverter o aprofundamento da degradação das condições de vida e de trabalho dos novos proletariados. Essa tendência reforça nossa hipótese de que as condições de vida e trabalho das populações ribeirinhas sofrem constantes riscos de incorporarem o processo de precarização do trabalho, no que diz respeito à perspectiva do capitalismo avançado como, por exemplo, *o tempo livre*. Apesar da contribuição do autor para o prosseguimento da nossa pesquisa, a reconstrução da nova morfologia do trabalho não abarca as características da atividade laboral do peconheiro. Pois segundo, Pietro Basso, professor da Universidade Ca'Foscari de Veneza (Itália) cita que:

Ele, Antunes, identifica a *conexão sistêmica* entre as variadas e heterogêneas concreções que o trabalho vivo apresenta em escala mundial com o fato de que este é, hoje, mais do que nunca, *trabalho social*, social universal, “mais *complexo*, socialmente *combinado e intensificado* em seus ritmos e em seus *processos*” do que antes da era digital. (Op. Cit pag. 6).

Por isso, aventamos que o trabalho do peconheiro ainda não está definido, não é complexo, mas é socialmente combinado, é intensificado em seu ritmo, mas por enquanto, o processo permanece inalterado seja antes ou depois da Era digital. As características do habitat do açai da Amazônia paraense e a simplicidade dos equipamentos para uma coleta segura, que atenda de forma satisfatória as demandas do capital, nos leva a afirmar que a utilização de mecanização no trabalho da coleta de açai não será introduzida em curto e médio prazo.



Figura 2 – O peconheiro com EPI. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para o trabalho do peconheiro - Idealizado pela autora e desenhado por Marcus Rodrigues

Processos de formação na educação profissional e na educação básica

A partir de dados e estudos com os peconheiros da região é possível enxergar que existe um baixo grau de instrução deste trabalhador, seja do ponto de vista de uma educação formal do Ensino Básico – segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Educação Básica compreende três níveis de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – ou

de um Ensino Profissionalizante. Esse fator nos faz vislumbrar que a invisibilidade do peconheiro está, para além de sua atividade laboral, está também na ausência do direito ao acesso a níveis básicos de instrução educacional.

Importante lembrar que esta atividade desenvolvida pelo peconheiro é caracterizada como uma atividade rudimentar que não carece de um conhecimento técnico sistematizado de ensino formal, talvez essa seja uma das razões, pela qual os órgãos responsáveis pelo processo de formação não desenvolvam ações no sentido de maior qualificação profissional e educativa. Pois, por enquanto são capazes de atender a demanda de consumo.

Salientamos que o Ensino Técnico e Básico no Brasil é caracterizado historicamente pela dualidade. Segundo Frigotto (2019) A dualidade da educação escolar é inerente ao caráter de classe do sistema capitalista da produção da existência dentro do qual a desigualdade lhe é estrutural e imanente, essa dualidade é reforçada ao longo da história e ampliada com a reforma do Ensino Médio em 2017.

Para Araújo (2019) as marcas da educação profissional, ser destinada aos pobres e ter um caráter instrumental ajudam a sustentar e a justificar as análises que assumem a tese da dualidade educacional brasileira.

Percebe-se então que mesmo com o ensino básico precarizado e o ensino técnico destinado as camadas mais pobres da sociedade, os peconheiros não tiveram acesso nem a esse processo básico de qualificação, o que nos faz sustentar seu caráter de inviabilização e exploração dentro do modelo de produção capitalista.

Com isso, ganha força a necessidade de uma educação básica que sirva como instrumento de qualificação científica e técnica, que seja capaz se alcançar toda a população, um ensino que amplie a possibilidade de formação do ser humano e que destine a classe trabalhadora uma educação por inteiro e que desenvolva suas amplas habilidades humanas.

Porém, atualmente com a “uberização” do trabalho, com a precarização das relações trabalhistas, perde-se o entusiasmo por uma política de rede de ensino que busque a qualificação profissional do cidadão. O que vimos

atualmente é um ensino cada vez mais precarizado para o pobre e inculcando na sociedade o ideário da meritocracia, jogando para o sujeito a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso. Neste cenário, *a priori* a situação do peconheiro tende a ser agravada devido às perdas de direitos promovidas pela reforma trabalhista e da previdência.

Mas, se por um lado os trabalhadores urbanos “precariados” e “uberizados” são inseridos na nova *morfologia do trabalho*, quando devem ser eles mesmos os responsáveis por se qualificar e investir capital para realizar o labor, o trabalho do peconheiro – apesar de gerar *valor de uso* e *valor de troca* – tem na sua atividade traços de sociabilidade decorrente da cultura local, mas que por outro lado, por exemplo, são capazes de realizar o labor sem a necessidade de investir capital em equipamentos.

Em suma, identificamos que a atividade de coletador de açaí deve ser reconhecida como uma categoria de trabalho; independe de qualificação técnica sistematizada para exercê-la; é desprovida de direitos; gera *mais valia* e; expõe a superexploração do capital na região Amazônica. Todavia, por se tratar de uma atividade relativamente nova no setor produtivo, mas em franca expansão, será necessário mais e aprofundados estudos no âmbito das ciências sociais, humanas e interdisciplinares para compreendê-lo e classificá-lo.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao Trabalho**. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino Médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96.

CAMPOS, Antônio Nedson; LIMA, Francisco de Paula Antunes. **ENGENHEIROS NO COTIDIANO: Etnografia da atividade de projeto de inovação**. Org: Dominique Vinck. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2013.

DUDLEY, Dayse Silva; SILVEIRA, Ivete Sousa. **Políticas Educacionais Inclusivas para a Juventude: um olhar sob a Formação Continuada de Educadores e Gestores do Projovem Urbano**, Artigo apresentado no V Encontro Estadual de Política e Administração da Educação do Pará, GT Políticas Educacionais: Representações, Gestão e Práticas Pedagógicas à Universidade Federal do Oeste do Pará, 2014.

FRIGOTO, Gaudêncio. In: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino Médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; TAVARES, Geraldo dos Santos. **Comercialização do Açaí no Estado do Pará: alguns comentários**. Observatorio de La Economia Latinoamericana, 2015.

POTIGUARA, Manoel; OLIVEIRA, Hermógenes Sá de. **Planejamento estratégico para o fortalecimento de arranjo produtivo local da cadeia de valor do açaí do Marajó: uma construção coletiva e territorial**. Belém: Instituto Peabiru. 2016.

SANTOS, José Nazareno Araújo Dos. **A importância da inovação e seus desdobramentos sobre a pesca industrial dos estados do Pará e Santa Catarina (Brasil)**. Tese de Doutorado apresentada em 2013 pela Universidade Federal do Pará no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO–8 PARÁ E AMAPÁ (TRT8): **Relatório final para o Programa Trabalho Seguro Peabiru: “O peconheiro” Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí**. Belém: Instituto Peabiru. 2016.

ZAMBERLAN, Fabio, Luiz. **A Qualificação do Trabalho na Indústria: Evolução e Conceitos**. Tese submetida ao corpo docente da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987.

WOOD, Meiksins Ellen. **Democracia Contra Capitalismo a renovação do materialismo histórico**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2003.

